

DESCAMINHOS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Eleutério F. S. Prado¹

Introdução

Faz tempo que os saberes especializados e os saberes filosóficos quase não andam juntos no campo econômico. É certo que a organização do conhecimento por si mesma funciona para excluir a possibilidade de que existam pessoas capazes de trabalhar na intersecção desses dois saberes (Fausto, 1983, p. 20). É certo que Economia e Filosofia se constituem hoje como esferas de conhecimento tão separadas que parece impossível existir alguém capaz de poder dominá-las com profundidade – ou pelo menos com a profundidade necessária para um trabalho frutífero, criativo e renovador. Em particular, é possível diagnosticar que a crítica da economia política – saber que obviamente exige o concurso de domínio do saber econômico e de domínio da dialética – não caminha de modo seguro. Talvez se possa dizer mesmo que, em certos casos, caminha desastrosamente. Por um lado, a teoria econômica se tornou cada vez mais um saber altamente técnico, especializado e formalizado e, por outro, a dialética hegeliana e marxiana se mostrou de difícil apreensão precisa e manejo rigoroso. No que se refere a essa última, a dificuldade não se encontra só no despreparo daqueles versados em Economia. O acompanhamento do debate filosófico mostra que existem dificuldades históricas e políticas, além das conceituais e intelectuais na compreensão da dialética. De qualquer modo, a linguagem hegeliana – e marxiana – é barreira de difícil transposição, principalmente para aqueles que estão obrigados por profissão a tratar de questões inerentes à prática utilitária na esfera econômica da sociedade.

Um texto contemporâneo fornece aqui o ponto de partida para questionar o desenvolvimento da crítica da economia política, depois de Marx: *Fronteiras da Economia Política* de Carchedi (1991). Este autor marxista inicia o seu livro sem se omitir a respeito desse tema tão difícil. Diante da contraposição entre compreender a dialética apenas como um modo de pensar ou essencialmente como um modo de ser, ele opta pela primeira alternativa. Para Engels, segundo ele, a dialética é o modo de ser da natureza e o pensamento dialético não é mais do que a reflexão da dialética da natureza. Pondo-se do lado oposto àquele de um dos fundadores do marxismo, Carchedi prefere enxergá-la como “um modo de ver ou de interpretar a realidade”. Afinal, pergunta, “como vemos a realidade quando a pensamos em termos da dialética marxiana?” (Carchedi, 1991, p. 1).

Admitindo corretamente que o método de Marx está contido em *O Capital*, para explicar o conceito de dialética, Carchedi retorna à fórmula genérica do valor de troca: “20 varas de linho vale um casaco”. E, a partir dela, mas se concentrando nos dois papéis desempenhados pelas mercadorias, busca mostrar as características que julga centrais ao método marxiano. Vale-se para tanto, extensamente, de citações do próprio Marx² tiradas do primeiro capítulo dessa obra, mais precisamente, da seção “forma simples, singular ou acidental do valor” contida no capítulo sobre a mercadoria: “o valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo ou ele se encontra na forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou encontra-se em forma equivalente” (Marx, 1983, I-

¹ Professor da USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br.

² As citações de Marx feitas por Carchedi foram traduzidas da versão brasileira de *O Capital* (1983); as referências às páginas dessa obra em português em que constam as citações foram devidamente assinaladas.

1, p. 54). Do texto de Marx, extrai então cinco pontos que trata como princípios genéricos; desses cinco mencionam-se aqui apenas três deles que permitem um contraste mais agudo entre o original e sua interpretação.

Primeiro, ele ressalta o caráter estrutural dessa relação: “forma relativa e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis” da expressão de valor (Marx, 1983, I-1, p. 54). Marx se refere obviamente à forma simples e acidental de valor, mas Carchedi tira daí um princípio abstrato e válido em geral: “mais genericamente” – assevera – “todas as partes da realidade estão ligadas por interdependência existencial mútua” (Carchedi, 1991, p. 291). Note-se em adição que Marx complementa a sentença acima ressaltando que são momentos inseparáveis, “porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente e se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor” (Marx, 1983, p. 54).

Segundo, ele aponta que a realidade em geral está sempre estruturada como potência ou como efetividade. Marx trata estritamente da contradição contida na mercadoria e como ela se revela externamente, mas Carchedi enxerga na citação que se segue outro princípio abstrato e geral. A citação: “a antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor de troca” (Marx, 1983, I-1 p. 63). A interpretação: “a forma relativa... e a forma equivalente... estão contidas potencialmente tanto no linho como no casaco... Em termos mais gerais, a realidade é duplamente aquilo que se realizou a si mesmo e aquilo que está potencialmente presente” (Carchedi, 1991, p. 292).

Terceiro, como Marx emprega as expressões “determinante” e “determinada” em muito momentos de sua obra, Carchedi propõe que toda realidade pode ser hierarquizada por relações de causalidade: “um modo mais geral de afirmá-lo vem a ser dizer que algumas partes da realidade são determinantes e que outras são determinadas” (Carchedi, 1991, p. 292). Curiosamente, ele enxerga esse princípio na seguinte frase do próprio Marx a respeito ainda da forma simples de valor: “A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo” (Marx, 1983, I-1, p. 54). Note-se, porém, que Marx diz aí simplesmente que o valor de uma das mercadorias é expresso no corpo material da outra, enquanto que o valor dessa outra permanece oculto; os termos “ativo” e “passivo” não se referem à relação de causalidade, mas à forma contraditória de se expressarem na relação³.

Em resumo, Carchedi acredita ter Marx construído um método estrutural na compreensão e na crítica do capitalismo. Estaria ele certo? Configurar-se-ia em *O Capital* certa espécie de teoria que poderia ser especificada por meio de princípios gerais?

Carchedi volta ao primeiro capítulo, mas ao focar a discussão da forma simples de valor, pula um dos momentos mais significativos na apresentação de *O Capital* em que o método marxiano se revela. Trata-se da passagem em que Marx vai da análise da mercadoria para a dialética da mercadoria e que está logo na primeira seção do primeiro capítulo. A análise mostra que a mercadoria é valor de troca e valor de uso e que este último está assentado nas propriedades materiais da riqueza em todas as formas sociais. Já o valor de troca precisa ser examinado com referência ao modo de produção capitalista. O valor de uso aí é também suporte do valor de troca. Até esse ponto da argumentação, o método se mantém dentro dos limites do entendimento. No que se segue, entretanto, será preciso prestar atenção ao movimento do que é exprimido na prática social mercantil e o que está implícito em suas formas de manifestação. Pois, como diz Fausto, “o ponto essencial no nível lógico... é que não

³ Uma boa apreensão do método de Marx, a qual se contrapõe inteiramente à de Carchedi, encontra-se no texto *A crise na crítica à economia política* (Grespan, 2000). A crítica ao texto de Carchedi será feita aqui expondo alguns elementos reflexivos da dialética marxiana de um modo muito menos detalhado.

pode haver compreensão da dialética, sem o movimento do que é exprimido (posto) e do que não é exprimido (pressuposto)” (Fausto, 1983, p. 19).

De início, o valor de troca aparece – diz Marx referindo-se à sua apreensão como algo meramente positivo – como relação meramente quantitativa e flutuante. E o termo “aparece” tem aí um papel central já que denota a existência de diferença entre a manifestação e aquilo que se manifesta, mas que não foi ainda apresentado. Nessa perspectiva – continua – o valor de troca parece ser algo fortuito e puramente relativo. O entendimento considera, então, que pensar em algo imanente como fundamento do valor de troca é cair em contradição. Para não desafiar tal abismo e se manter em terreno seguro, ele se contenta em explicar essa relação grosso modo por meio da análise de oferta e demanda e de noções de equilíbrio, tal como atesta a história da análise econômica como um todo. O segredo dessa história, porém, consiste simplesmente em omitir a análise qualitativa da relação de valor de troca.

O valor de troca, pois, parece ser algo puramente quantitativo. Ora, para a dialética, o que parece não necessariamente é. Eis que é preciso assumir a contradição, mas não aquela que o entendimento evita, ou seja, aquela que aqui se manifesta como apreensão do valor de troca como se ele fosse, imediatamente, expressão de valor intrínseco, o que, aliás, nunca ocorre⁴. Entre um e outro, entre o valor de troca e o valor, tem de existir uma relação de negação, pois, o primeiro está explícito na relação entre duas mercadorias quaisquer e o segundo fica aí implícito. Em conseqüência, vem a ser necessário examinar melhor o valor de troca e se concentrar primeiro em seu aspecto qualitativo. As mercadorias postas nessa relação são qualitativamente distintas quanto ao valor de uso, mas se apresentam como equivalentes. Logo, são aí tanto iguais como diferentes, mas isto significa que não podem sê-las no mesmo aspecto: são diferentes enquanto valores de uso, mas iguais enquanto valores. Há uma contradição e ela só pode ser encarada como realmente existente. Quanto se verifica que uma mesma mercadoria, para manter relações com as outras mercadorias, tem de ter diversos valores de troca, é-se levado à conclusão: “por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual; segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (Marx, 1983, I-1, p. 46). São, pois, iguais quanto ao conteúdo de valor, mas desiguais quanto às propriedades materiais que fazem com que sejam bens. Desse ponto em diante, Marx vai mostrar, seguindo sempre um caminho lógico, que esse conteúdo é e só pode ser o trabalho humano, mas não enquanto algo concreto, mas como substância social ou trabalho abstrato. A abstração que constitui o trabalho como valor é, assim, uma abstração feita pelo próprio processo social – mais a frente em *O Capital* se compreenderá que se trata do processo social do capital –, de tal modo que tem, por isso, o caráter de abstração real.

Logo, a dialética não é nem um modo de ser da natureza ou da sociedade independente da práxis social nem um modo de ver relativo à determinada prática de indivíduo, coleção de indivíduos ou certa classe social. Vem a ser, isto sim, um modo de desenvolver uma compreensão teórica de determinado objeto em que, ao mesmo tempo, se faz a crítica das compreensões existentes desse mesmo objeto. A dialética marxiana visa especificamente o modo de produção e circulação de capital e, assim, ela se põe como teoria crítica do capitalismo e como crítica da economia política clássica e da economia política vulgar (Grespan, 2001). Conforme Marx, a primeira dessas duas últimas investiga os nexos internos do modo de produção capitalista, enquanto que a segunda pesquisa apenas os nexos aparentes, buscando compreender apenas os funcionamentos do sistema. Na história do capitalismo e do

⁴ Marx é bem explícito sobre isto: “as mudanças reais na grandeza de valor não se refletem, nem clara e nem completamente, em sua expressão relativa ou na grandeza do valor relativo. O valor relativo de uma mercadoria pode mudar, apesar de seu valor permanecer constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, apesar de mudar o seu valor...” (Marx, 1983, p. 58). A igualdade de valores nos dois lados do valor de troca apenas pode impor-se enquanto tendência estatística.

pensamento econômico essa última se consagra como ciência positiva que se interessa apenas pelo que está posto e pelas regularidades (causalidade aparente) aí observáveis em princípio. E, ao fazê-lo, compreende o sistema do capital como naturalidade não contraditória – e não sujeita a crises – que se projeta, por isso, na eternidade. Ademais, desenvolve-se em vários ramos tendo como alicerce comum a preferência por enxergá-lo a partir dos indivíduos e das empresas individuais, por meio de algum conceito de equilíbrio (Prado, 2007).

Marx não adota um método – nem mesmo, rigorosamente, um suposto método hegeliano – para aplicá-lo ao objeto de seu interesse teórico como se ele fosse um instrumento geral para desenvolver o conhecimento científico. É certo que investe o sistema categorial da lógica de Hegel na crítica da Economia Política. Porém, não se entenda por isso que submete a realidade investigada aos conceitos dessa lógica; pois, ao contrário, não faz outra coisa do que mostrar que essa realidade, quando vem a ser estudada científica e rigorosamente, requer ela mesma que seja apresentada por meio da concatenação categorial exposta na obra daquele filósofo.

Para compreender essa realidade, Marx estuda em primeiro lugar toda a ciência relevante, toda contribuição expressiva, não só para apreender com elas, mas também para ressaltar as suas deficiências. Como pensador da tradição filosófica alemã, em particular de Hegel, sabe que a ciência do entendimento se pauta pela adesão à lógica da identidade como norma reguladora. E que, em seu esforço para evitar a contradição, ela cai muitas vezes, inevitavelmente, em contradição – ou se repete por meio de tautologias. A crítica da cultura, da ciência e da filosofia depositadas aos poucos pelas gerações passadas, a qual fora desenvolvida por Hegel, mostrara já ostensivamente que a apreensão de certos objetos como objetos adequadamente conhecidos exigia admitir que eles mesmos fossem portadores de contradições reais. Pois, as incoerências encontradas nos discursos e entre os discursos que se esforçavam para apreendê-los apenas se dissipavam e se mostravam como quíproquós inteligíveis, não como absurdos, quando eram apreendidas como expressão das tensões existentes nos próprios objetos e responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento.

Ao assumir que os objetos contêm contradições, passa-se a compreender porque eles não se submetem inteiramente aos discursos analíticos. Ao se desdobrar os objetos em polaridades que se pertencem e que se opõem entre si – uma das quais se apresenta como realidade posta e a outra, como realidade pressuposta –, a ciência pode ir mais longe na apreensão do próprio objeto, escapando também das contradições vulgares. Por isso, ao estudar a ciência econômica de seu tempo, Marx busca sempre encontrar os limites do pensamento meramente analítico esteja examinando textos de “economia política clássica” ou de “economia vulgar”. E os encontra deparando-se com as suas contradições. Foi isso o que se viu anteriormente na análise e na dialética da mercadoria. É também por isso que se pode resumir o método marxiano, como tem sido ressaltado por muitos autores, pela afirmação de que “toda ciência seria supérflua, se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Em contraposição ao pensamento rigoroso e que vai às últimas conseqüências, a economia vulgar se sente à vontade “na forma de manifestação alienada das relações econômicas, em que estas são, *prima facie*, contradições totais e absurdas” (Marx, 1983 III-2, p. 271).

Em resumo, o método marxiano é o método da crítica interna, ou seja, daquela abordagem que toma os resultados do melhor entendimento de determinada realidade como válidos até certo ponto para desenvolvê-los mais e mais até chegar a conclusões que os contradizem (Grespan, 2002, p. 28). Ele não segue, pois, um modelo pré-definido que se impõe externamente ao objeto; ao contrário, ele é interior ao objeto. Ele também não segue uma ordem lógica pré-definida na crítica do conhecimento recebido; ao contrário, a lógica apresentada na exposição dialética decorre do duplo propósito de suprimir as contradições formais do entendimento científico comum e de tornar a realidade inteligível enquanto

totalidade. Parte de certas representações, mas não começa nem por princípios, axiomas ou “dados” empíricos; eis que principia pela mercadoria, mas pressupondo já o capital como totalidade. Por isso mesmo esse ponto de partida será negado no desenvolvimento da obra. O método marxiano acolhe no discurso as contradições do objeto porque só assim consegue apreendê-lo adequadamente. Nesse sentido, põe-se ele mesmo como momento do objeto. “A apresentação dialética é passagem da aparência à essência, mas a aparência permanece como aparência” (Fausto, 1983, p. 145).

A obra *O Capital* pode ser entendida como um relato de auto-esclarecimento. Há um sujeito pressuposto, o homem autônomo e emancipado. Há um sujeito negado como sujeito e que está posto como predicado de uma relação social que se repõe com certo automatismo. O sujeito do modo de produção capitalista é a relação de capital – e não o homem. Por isso tem razão Kosik quanto afirma que essa obra apresenta a “odisséia” de uma práxis histórica que começa sua viagem de peregrinação nas formas fetichistas dessa relação social, ou seja, nas formas mercadoria, dinheiro, capital constante, capital variável, etc. para chegar aos poucos à compreensão dos conteúdos dessas formas. No trajeto, compreende a exploração, a alienação, a pobreza endêmica, a violência da reprodução em processo, as crises, etc., preparando-se para fazer a revolução social (Kosik, 1969, p. 139-168).

Erros examinados

O que foi aqui apresentado é bem insuficiente enquanto apresentação do método de Marx; entretanto, é bem suficiente como introdução à discussão de alguns grandes erros encontráveis na história do marxismo quanto ao que vem a ser a crítica da economia política. Inicia-se esse estudo considerando o livro *A economia política do rentista (Crítica da economia marginalista)* de Nikolai Bukharin, divulgado em 1919, e que tinha por objetivo fazer uma crítica abrangente da economia burguesa do último quartel do século XIX e começo do século XX (Bujarin, 1974). Ele faz crítica acusando as idéias adversárias de se originarem de posições de classe e por se pautarem por métodos inadequados. Em seqüência, examina-se a validade do ponto central do livro *A acumulação do capital* de Rosa Luxemburg, o qual veio a luz em 1912 (Luxemburg, 1984), com o objetivo de dar uma contribuição significativa à teoria do imperialismo. Essa autora, com base em análise de equilíbrio, faz crítica errônea ao próprio Marx desenvolvendo a tese de que o capitalismo se esgota sem mercados externos; no seu entender, seria isto o que explica a existência necessária da intervenção internacional dos estados mais fortes nos mais fracos. Depois, discute-se a tese de Isaak Rubin sobre a ligação intrínseca entre valor e fetichismo, exposta em *A teoria marxista do valor* (1980), obra clássica do marxismo publicada em russo na segunda metade da década dos anos 20. Esse autor dá proeminência ao fetichismo da mercadoria, mas o fundamenta na natureza mercantil do capitalismo, contrariando Marx que o apresenta como ilusão real que decorre da forma que assume os produtos do trabalho nesse modo de produção. Finalmente, examina-se o modo como Ernest Mandel faz a ligação entre as leis de movimento do capitalismo e a história do capital em *O capitalismo tardio*, de 1972, para chegar à noção de onda longa de crescimento econômico.

Análise de Posição de Classe

É de Bukharin, no começo do século XX – no prefácio à edição russa, o autor menciona que a obra foi concluída em 1914 –, uma das primeiras tentativas de dar prosseguimento a crítica da economia política tomando por modelo as *Teorias da Mais-Valia* e *O Capital*. Nesse prefácio de *A economia política do rentista*, ele diz que o seu objetivo vem a ser fazer uma avaliação aguda e sistemática da teoria econômica da burguesia moderna.

Observa, inicialmente, que se encontra na literatura marxista recebida dos antecessores dois tipos de crítica: “uma delas exclusivamente sociológica e outra exclusivamente metodológica” (Bujarin, 1974, p. 16). A primeira busca derrubar a concepção adversária mostrando que ela se origina de posição de determinada classe social. Ainda que possa ser justa, pois é expressão teórica da classe progressista frente aos modos de pensar das classes conservadoras, o seu defeito – aponta – seria que assim se desinteressa pela “crítica minuciosa da estrutura ‘interna’ do sistema” (idem, p. 16). A segunda busca minar o edifício teórico adversário mostrando que os seus pressupostos metodológicos são errôneos. Ainda que apontar a falsidade do método seja necessário – convém – é preciso examinar a teoria visada para descobrir as suas contradições formais e sua incapacidade de compreender e explicar certos fenômenos. Em conclusão, depreende-se que “o marxismo deve prover uma crítica detalhada das teorias recentes, crítica que tanto é de ordem sociológica quanto metodológica, mas também crítica de todo sistema, até as suas ramificações mais importantes” (idem, p. 16). Ao manifestar assim o seu propósito, fica já evidente que esse marxista histórico mantém-se na crítica externa e no confronto de posições irreduzíveis.

É mérito de Bukharin que ele tenha feito enorme esforço para estudar a economia política burguesa depois de Marx. Em suas investigações encontra duas alternativas ao marxismo: aquela fornecida pela escola histórica alemã e aquela desenvolvida pela escola austríaca de economia política. No plano sociológico, a primeira é para ele expressão ideológica do protecionismo da burguesia industrial alemã que temia a competição da indústria inglesa, mais avançada no desenvolvimento das forças produtivas. O nacionalismo germânico se manifestava então como negação de universalidade às teorias econômicas abstratas e pelo desenvolvimento de conhecimento monográfico, voltado para as características históricas e locais da Alemanha. Já a escola austríaca que se concentra na formulação de teorias abstratas sobre o funcionamento do mercado, em contraposição com a economia política inglesa que se voltara principalmente para a compreensão da produção capitalista, expressa “a ideologia do burguês já eliminado do processo de produção” (Bujarin, 1974, p. 34). Dito de outro modo, ela vem a ser a economia política do rentismo e do capitalismo financeiro, tal como esses fenômenos foram compreendidos por muitos autores marxistas no começo do século XX. Mesmo que esse tipo de argumento sociológico possa ter algum valor na compreensão das posições na luta social, a crítica feita à escola austríaca em especial mostra-se bem forçada: eis que associa o rentismo ao consumo⁵ – e não aos juros, dividendos, etc. como seria mais correto⁶. Ademais, e isto o próprio autor reconhece, ele nunca atinge a lógica da teoria tomada como adversária.

No plano metodológico, Bukharin contesta a escola histórica por sua aversão à teoria abstrata e ao saber nomológico; em última análise, ela renega a ciência moderna. Considera, porém, a escola austríaca como adversária mais perigosa, pois ela se utiliza do método abstrato e dedutivo, que também – segundo ele – é empregado pelo marxismo. De modo curioso, este autor sustenta que a psicologia de classe fornece a orientação geral do pensamento, inclusive a perspectiva lógica da ciência que se põe no entendimento da realidade. E, nesse sentido, ele vem afirmar que a escola austríaca está em antítese perfeita com as concepções proletárias do marxismo: a primeira opta pelo subjetivismo, pela perspectiva não-histórica e pelo ponto de vista do consumo, enquanto que a segunda reza pelo objetivismo, pela perspectiva histórica e pelo ponto de vista da produção. De modo mais esclarecedor, afiança que essas duas ideologias diferem em razão de adotarem diferentes

⁵ “Para caracterizar a mais geral o campo no qual exerce sua atividade o rentista – diz Bukharin –, digamos que é a esfera do consumo. A vida inteira do rentista se passa no consumo e a psicologia do ‘consumo em estado puro’ constitui seu ‘estilo’ particular de vida” (Bujarin, 1974, p. 31)

⁶ Conforme Marx, “o valor de uso nunca deve ser tratado... como meta imediata do capitalismo” (Marx, 1983, I-1, p. 129). Logo, o consumo não pode ser meta de uma fração da classe capitalista.

fundamentos últimos: enquanto o marxismo reconhece a primazia da sociedade sobre o indivíduo, o individualismo burguês declara a primazia do indivíduo sobre a sociedade.

Ora, a dialética marxiana não é nem um individualismo e nem um holismo; diferentemente, caracteriza-se por suprimir essas polaridades absolutas. Não reduz a sociedade aos indivíduos que a compõem, nem absorve estes últimos no todo social como se fossem meras funções desse todo. Para ela, por exemplo, os indivíduos econômicos enquanto tais passam a existir de fato no capitalismo, mas, contraditoriamente, atuam como suportes de relações sociais. Ademais, se as vontades das pessoas moram nas mercadorias, estas últimas para realizarem seus próprios destinos nos mercados dependem inteiramente da agência das pessoas – e estas, como se sabe, também podem dizer não.

Da crítica metodológica, Bukharin desce para a crítica da teoria do valor, elemento central de toda compreensão da vida econômica da sociedade moderna. O marxismo e a escola austríaca – convém – estão em campos teóricos contrapostos. Como parte da existência de diferentes visões de mundo e de teorias em contraposição, chega a um impasse: “se o conceito de valor de Marx não tem nenhum ponto em comum com o de Böhm-Bawerk, como é possível a crítica?” (Bujarin, 1974, p. 63). Encontra entre um e outro, entretanto, um objetivo científico comum e este vem a ser a busca de explicação para os preços de mercado: eis que o valor é sempre algo que regula o intercâmbio de mercadorias. A escola subjetivista, de um lado, reduz a análise dos preços à valorização individual, enquanto que o marxismo, de outro, os explica por meio de um processo objetivo de formação de valor, o qual ocorre na própria sociedade, às costas dos indivíduos. A apreciação é correta, mas por esse caminho não resta outra alternativa à Bukharin senão buscar provar que a teoria austríaca apresenta falhas lógicas ou que ela falha na explicação dos preços de mercado. O sucesso de sua empreitada pode ser julgado pelo teor de sua conclusão: a teoria austríaca “falhou porque se contentou em elaborar uma teoria puramente abstrata que oferece uma série de pseudo-explicações habilmente imaginadas” (Bujarin, 1974, p. 23).

Ora, os prolegômenos da crítica da teoria austríaca na questão do valor, assim como da teoria neoclássica marshaliana ou walrasiana nesse mesmo tópico, encontram-se já no próprio Marx. Mais precisamente, eles se acham na análise e na dialética do valor de troca desenvolvida nas primeiras páginas de *O Capital*. Ao apontar que, na vida cotidiana e, também, na apreensão cientificamente positiva do fenômeno, vê-se exclusivamente a relação quantitativa, a proporção em que os valores de uso se trocam – e não a substancialidade qualitativa e social subjacente –, ele traça o caminho possível de toda teoria econômica que se preocupa apenas com o entendimento plausível dos fenômenos. Se os possuidores de mercadoria, como indivíduos livres, trocam as suas mercadorias em determinadas proporções na esfera da circulação, é porque aceitam ou desejam fazê-lo. Daí, por meio de um pequeno passo, chega-se à conclusão que aqueles que transacionam mercadorias contêm em suas mentes taxas subjetivas de troca e que essas taxas regulam seus comportamentos. Dando outro passo, supõe-se, então, que tais taxas são independentes dos preços e que expressam utilidades ou preferências subjetivas. Pronto, foram já criadas as condições ideais necessárias para fundar os preços nessas taxas subjetivas de algum modo. Ao fazê-lo, admite-se já que a subjetividade avaliadora vem a ser a fonte do valor de troca.

Note-se, agora, que para Marx, tudo isso não é um mero produto da imaginação falsificadora da realidade, mas são formulações que se baseiam na aparência do modo de produção – e que guardam por isso certo elemento de verdade⁷. Ainda que certas passagens do raciocínio exposto sejam bem duvidosas, existe de fato o indivíduo calculador que toma

⁷ Marx, por exemplo, se refere “a conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social” como algo real e não como invenção da economia vulgar. Por outro lado, considera essa forma de conduta como “figura reificada de suas próprias condições de produção que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual” (Marx, 1983, I-1, p. 85).

decisões de compra e venda com base em avaliações que se apresentam em sua mente. Os preços das mercadorias enquanto eventos particulares ocorrentes aqui e ali dependem dessas avaliações. Os indivíduos econômicos encaram mesmo os valores de uso como fontes de satisfação ou de utilidades. Por isso, tais formas aparentes constituem, para ele, as categorias da economia burguesa: “são formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção de modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias” (Marx, 1983, I-1, p. 73).

Análise de equilíbrio do sistema

Na discussão precedente do valor de troca, e do modo inerente como é apreendido pela economia vulgar, não se apresentou uma suposição implícita. Para que as avaliações subjetivas possam explicar os preços de mercado, ela tem necessariamente de recorrer a alguma noção de equilíbrio, senão naquele do sistema como um todo, pelo menos em equilíbrio parcial. E, dizendo isso, não se está fazendo uma mera observação acidental. Toda economia política baseada no valor subjetivo pensa as trocas como se ocorressem em equilíbrio – ou como ocorrendo próximo dele, supondo então, adicionalmente, que há forte tendência para que isto ocorra. É a equilibração que concilia os planos dos agentes auto-interessados. Se assim não fosse, se as trocas acontecessem em proporções fortuitas ou sempre e muito fora das proporções desejadas, os agentes apareceriam como pouco racionais, de tal modo que o próprio sistema figuraria como caótico na perspectiva individualista. Ademais, o sistema econômico, em sua incoerência, teria de ser considerado, imediatamente, como objeto que não se submete à lógica da identidade e à análise econômica. Outrossim, pensar sistematicamente as trocas como se elas ocorressem em equilíbrio – ou de modo tendente a ele – apresenta-se não como mera alternativa convencional que pode ser abandonada sem custo, mas como exigência metodológica de difícil recusa. Se o possuidor dos lenços quer trocá-los na proporção de 20 lenços por um casaco, mas o possuidor de casaco quer trocá-lo apenas por 30 lenços, eles estão em contradição (e não se veja aí a contradição da dialética), de tal modo que, se são racionais, não podem trocar efetivamente. Pensar, pois, no paradigma do equilíbrio, parcial ou geral, é o modo por excelência por meio do qual a ciência positiva enfrenta a complexidade do sistema econômico. Ao fazê-lo, porém, dá sumiço nas contradições reais (comuns ou dialéticas⁸) que movem o sistema.

Como se sabe, Luxemburg encontrou-se em dificuldade ao tentar expor o processo de reprodução do capital total e, lutando com ele, acabou achando que “não se tratava de um simples problema de exposição; [mas que] havia inclusive um problema teoricamente ligado ao conteúdo do volume II de *Das Kapital* de Marx” (1984, p. 3). Qual vem a ser ele? Em sua análise, ela encontrou um hiato de demanda efetiva no processo de acumulação de capital, o qual não poderia ser preenchido num sistema capitalista puro, ou seja, naquele em que faltaria qualquer periferia não-capitalista. Num tal sistema, segundo ela, faltaria forçosamente a demanda necessária para realizar a parte da mais-valia destinada à reprodução ampliada. Concluiu, assim, que um sistema puramente capitalista seria impossível de existir e que, portanto, o imperialismo mercantil era algo inerente ao modo de produção tal como existe efetivamente.

Trabalhando com os esquemas de Marx, verificou que a realização da mais-valia na reprodução simples era tranqüila já que toda ela, representada em meios de consumo, seria destinada aos próprios capitalistas. Nesse esquema, os trabalhadores realizariam o valor do

⁸ As contradições reais comuns são aquelas que ocorrem na sociedade entre posições divergentes: em determinada situação de interação social, um dos atores diz A e o outro, de algum modo, diz não-A. A contradição dialética não aponta uma divergência, mas se refere a opostos que se pertencem e que formam uma unidade de contrários.

capital variável contido em bens de consumo por meio de sua própria demanda de sobrevivência e os capitalistas realizariam o valor do capital constante contido em bens de produção por meio do investimento em sua renovação. Na reprodução ampliada, entretanto, segundo ela, o mesmo não ocorre: quem poderia ser o comprador das mercadorias cuja venda tornará possível a acumulação? (Luxemburg, 1984, p.110). Dito de outro, como se realiza a mais-valia que os capitalistas destinam à ampliação da capacidade produtiva? Luxemburg considera corretamente que ela se realiza por meio do novo investimento produtivo. Mas como a produção ampliada, no momento seguinte, colocará no mercado quantidade adicional de mercadoria, ela se pergunta: “onde encontrar nessa oportunidade a clientela capaz de absorver esse volume adicional de mercadorias?” (idem, p.111). Ao não conseguir resposta satisfatória para essa questão, ela abandona o sistema capitalista puro e passa a argumentar que o adicional de demanda efetiva necessário tem de vir de modos de produção pré-capitalistas.

É sabido que a tese de Luxemburg foi alvo de muitas críticas. Sweezy, em particular, argumentou que seu erro foi tratar da reprodução ampliada conservando as suposições da reprodução simples. Criticou, então, a sua tese de que o consumo dos trabalhadores não pode realizar o novo valor já que se mantém necessariamente constante. “O dogma – que nem por um momento ela põe em dúvida – de que o consumo dos trabalhadores não pode realizar a mais-valia...” (Sweezy, 1973, p. 233). Em apoio à sua censura, menciona então com prova em contrário que a expansão da produção amplia também o capital variável e, assim, eleva a demanda dos trabalhadores. Mas, o que garante que isto resolve o problema posto pela dúvida da revolucionária polonesa... O comentário do célebre ativista norte-americano padece de dois defeitos. Em primeiro lugar, não considera que o argumento original é motivado pela atenção dada pela autora à contradição inerente à produção capitalista, pois esta visa à valorização do capital e não o consumo, mas a realização do valor contido nas mercadorias depende de algum modo de um consumo crescente. Em segundo lugar, ele não vai à raiz do problema. Para chegar a ela é preciso examinar a decisão metodológica que toma ao iniciar a investigação do problema.

Ao precisar o objeto de sua investigação, Luxemburg afirma que “para representar o problema da reprodução capitalista em sua forma pura, devemos fazer abstração das alternâncias conjunturais periódicas e das crises” (Luxemburg, 1984, p. 10). Eis que esse, no seu entender, vem a ser o único método científico adequado para resolver o problema com que se depara. Aqui uma longa citação se faz necessária: “para expor e solucionar de forma clara o problema do valor, é preciso fazer abstração das oscilações de preço. A concepção econômica vulgar tenta sempre resolver o problema do valor fazendo referência às oscilações entre a oferta e a demanda. A Economia Clássica, de Smith até Marx, abordou o problema de forma inversa, afirmando que as oscilações, na relação recíproca entre a oferta e a demanda, podem somente explicar as discrepâncias dos preços com relação ao valor, porém não podem explicar o próprio valor. Para averiguar o que é o valor da mercadoria, precisamos analisar o problema partindo do pressuposto de que a demanda e a oferta estão em equilíbrio, ou seja, que o preço e o valor das mercadorias coincidam um com o outro” (idem, p. 10). Note-se antes de mais nada dois pontos a respeito dessas asserções: primeiro, ela estabelece uma continuidade entre os economistas clássicos e Marx, sem notar qualquer ruptura; segundo, faz referência à necessidade do equilíbrio para descobrir o valor no valor de troca. Note-se, também, contra a opinião da autora estudada, que a economia vulgar faz referência à interação entre oferta e demanda justamente para mostrar que os preços resultam apenas do equilíbrio entre elas.

Ora, o nexos social constituído pelo valor é apresentado logo nos primeiros desenvolvimentos de *O Capital* com base na forma simples, singular e acidental de valor, ou seja, do valor de troca em sua máxima generalidade, o que, portanto, não pressupõem

qualquer noção de equilíbrio. É certo que Marx trata de troca de equivalentes, mas isto não implica que adota o princípio metodológico apontado por Luxemburg. De fato, ele só precisa de algo que aparece no seguinte esclarecimento encontrado no capítulo que trata especificamente do dinheiro: “a expressão relativa de valor de uma mercadoria por si é sempre expressão da equivalência de duas mercadorias” (Marx, 1983, I-1, p. 92). Logo, a equivalência pôde ser assumida desde o princípio porque ela é um pressuposto objetivo de toda troca possível. Essa equivalência, porém, pode ocorrer ou não ocorrer em efetivo: “mas se o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente de sua relação de troca com o dinheiro, não se segue, ao contrário, que o expoente de sua relação de troca com dinheiro seja necessariamente o expoente de sua grandeza de valor” (idem, p. 92). Eis que essa última correspondência só ocorre efetivamente como tendência estatística: “a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (idem, p. 92). Em resumo, o que está posto na relação de troca é a equivalência, mas o que está pressuposto em geral é a não-equivalência.

Luxemburg, com base na adoção do princípio metodológico mencionado, trabalha essencialmente com os esquemas de reprodução simples e ampliada para examinar a questão da demanda efetiva no processo de acumulação. Ao fazê-lo cria uma armadilha em que vai cair a sua própria argumentação. O emprego desses esquemas como base para análise de equilíbrio permite fazer comparações de trajetórias considerando o sistema econômico abstratamente em estado estacionário ou em estado de crescimento proporcional. Mas eles são totalmente inadequados para tratar de um problema que ocorre e que se resolve fora do equilíbrio⁹. Inerentemente não podem explicar como determinadas mudanças se iniciam e, supondo que elas ocorram de algum modo, não podem mostrar como se resolvem. Para tanto, cingindo-se a uma perspectiva de ciência positiva, seria necessário pensar a reprodução por meio de sistemas dinâmicos. Por outro lado, é claro que os processos reais de acumulação, seja o sistema econômico capitalista puro ou impuro, ocorrem gerando déficits potenciais de demanda efetiva enquanto tendência, mas esses déficits podem ser contrariados pela expansão do crédito, por gastos do governo, por superávits no comércio exterior, etc. Marx não estuda o sistema econômico existente em equilíbrio ou mesmo como sistema dinâmico, ao contrário, ele o apresenta num processo de auto-movimento que resulta do evoluir das contradições da relação de capital. Não deixa em certos momentos de investigar certas propriedades que só podem ser apreendidas analisando o sistema em equilíbrio, mas é preciso admitir que, no entender de Marx, tal estado vem a ser a negação abstrata da própria natureza da acumulação de capital. Assim, os problemas de demanda efetiva, assim como os de desproporção, de subconsumo, etc., são tratados em *O Capital* como formas de crises que decorrem do impulso do capital à superacumulação¹⁰.

Os comentários de Sweezy acima mencionados não escapam dos limites da análise de equilíbrio. Esse autor também pensa que Marx “era forte partidário do método abstrato e dedutivo tão característico da escola ricardiana” (Sweezy, 1973, p. 39). Em consequência, por exemplo, pensa que, para o autor por ele popularizado, “o trabalho abstrato... equivale a ‘trabalho em geral’; trata-se daquilo que é comum a toda atividade humana produtiva” (idem, p. 58). No entanto, Marx foi explícito em dizer, referindo-se ao momento mais desenvolvido da abstração, que “o capital... só pode, por isso, ser entendido como movimento e não como coisa em repouso. Aqueles que consideram a autonomização do valor como mera abstração

⁹ Este erro foi também apontado por Rosdolsky, mas ele o fez apenas no contexto da interpretação dos esquemas de reprodução de Marx (2001, p. 407-419).

¹⁰ Movimento que Jorge Grespan chama de “manifestações da autonegação do capital” (1999).

esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração *in actu*” (Marx, 1983, II, p. 78). Note-se, em especial, que essa a frase citada vincula a substância do valor, ou seja, o trabalho abstrato, ao movimento do capital por meio de suas formas.

Teoria sociológica do fetiche

A opinião de Sweezy a respeito do método de Marx acima referida não é isolada; ao contrário, ela coincide com toda uma grande onda de interpretações que se forma e se avoluma no século XIX, que persiste e cresce no século XX e que produz marolas até os dias de hoje. Justamente por isso é importante considerar agora o livro de Isaac Rubin, *A teoria marxista do valor*. Este autor foi capaz de distinguir as concepções de Marx sobre o valor de uso, o valor de troca e o valor das concepções dos economistas políticos clássicos, dentre eles, especialmente Smith e Ricardo. Em particular, ele acentuou corretamente que aqueles autores trataram do valor de troca só de um ponto quantitativo e que a contribuição original de Marx consistiu em que o aborda, começando pela relação qualitativa. “A atenção dos economistas clássicos e de seus epígonos” – diz ele – “concentrou-se no conteúdo do valor, principalmente em seu aspecto quantitativo (quantidade de trabalho), ou no valor de troca relativo, quer dizer, nas proporções quantitativas das trocas”. Marx, porém, concentrou-se na “forma do valor, isto é, o valor como a forma que se caracteriza pela coisificação das relações de produção e a transformação do trabalho social em uma propriedade dos produtos do trabalho” (Rubin, 1980, p. 80).

Rubin escreveu seu texto procurando defender o marxismo das críticas dos economistas de seu tempo, dentre os quais cabe destacar aqui as de Böhm-Bawerk. Esse autor escreveu uma crítica de *O Capital* que recebeu o nome de *Karl Marx e o fechamento de seu sistema* (1978). A tese central desse texto consistiu em afirmar que haveria uma contradição vulgar entre os volumes primeiro e terceiro, a qual se mostraria pelo fracasso em encontrar solução para o chamado problema da transformação. Nesse texto, o economista austríaco afirma quase corretamente, mas por razões errôneas, que as primeiras páginas dessa obra contêm já as bases de toda teoria aí exposta. E o “quase” é adicionado ao “corretamente” para lembrar que Marx não parte de fundamentos postos por seu próprio entendimento; diversamente, ele visa o melhor entendimento do capitalismo desenvolvido pela economia política clássica, examinando de início a sua manifestação mais evidente. É sabido que Böhm-Bawerk chega ao seu julgamento admitindo que Marx faça uso do método abstrato e dedutivo, pois só assim poderia acusá-lo de cometer tal erro de inferência lógica. Rubin, curiosamente, contesta toda essa tese, mas, para fazê-lo, ataca com tanta força a premissa do economista austríaco que derruba algo que está certo: as primeiras páginas de *O Capital* são mesmo um alicerce para o desenvolvimento que segue. Discordando disso, assegura que aí, nesse começo, encontra-se apenas a análise da mercadoria – uma mera aplicação do método analítico à compreensão da mercadoria. Para ele, ao contrário, “o fundamento dialético completo da teoria de Marx sobre o valor só pode ser dado com base em sua teoria do fetichismo da mercadoria” (Rubin, 1980, p. 76).

Rubin apóia-se como ele mesmo diz na resposta dada por Rudolf Hilferding ao texto do autor da escola austríaca, *A crítica de Böhm-Bawerk a Marx*, de 1904 (1978). Eis que, segundo ele, somente após a publicação do escrito do teórico marxista alemão começou-se a compreender o caráter sociológico da teoria do valor de Marx. Em síntese, Rubin contesta que *O Capital* venha a ser uma obra de ciência econômica que estaria em relação de continuidade com as realizações teóricas da economia política clássica. A ciência econômica em geral é sempre, para ele, saber inconsciente sobre a realidade reificada do modo de produção capitalista. Por isso, afirma que a teoria do valor-trabalho de Marx está ancorada numa concepção da realidade econômica como expressão de determinada forma de sociabilidade,

aquela que surge e se desenvolve com a produção de mercadorias. Há certamente algum conteúdo de verdade nesse modo de apreender a obra de Marx. Entretanto, supõe tratar-se de teoria que se põe ao lado de outras teorias, não se dando conta de que vem a ser, inerentemente, crítica interna – ou ainda procedimento de desvirar do avesso o entendimento existente sobre o capitalismo (Grespan, 2002). Apesar disso, faz afirmações corretas: “a idéia central da teoria do fetichismo da mercadoria não é de que a Economia Política desvende relações de produção entre pessoas por trás das categorias materiais, mas a de que numa economia mercantil e capitalista essas relações entre as pessoas adquirem necessariamente uma forma material, e só podem ser realizadas sob essa forma” (Rubin, 1980, p. 77).

Rubin menciona no começo de seu livro que o conceito de fetichismo, até o seu tempo, era compreendido como elemento da crítica da cultura e que, por isso, não vinha sendo relacionado explicitamente ao conceito de valor. Assim apreendido, não era tido como elemento teórico inerente à teoria do valor-trabalho. Ao invés de ser um mero apêndice, para Rubin, ao contrário, essa teoria “é, *per se*, a base de todo sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” (Rubin, 1980, p. 19). A partir dessa tese, permite-se mudar a ordem de apresentação das categorias de *O Capital*: ao invés de começar pela mercadoria, principia pela economia mercantil como totalidade e pelo fetichismo da mercadoria¹¹. Já foi visto aqui que a apresentação do objeto “capital” nessa obra, ao mesmo tempo em que corrige e desenvolve a economia política clássica, faz a sua crítica, assim como a crítica da economia vulgar. A crítica consiste sempre em mostrar os seus limites científicos e estes se encontram no fato de que, por serem analíticas e utilitárias, ficam prisioneiras da aparência socialmente necessária do próprio modo de produção.

É certo que no conceito de fetiche estão envolvidos ilusão e necessidade formal. Como isto aparece no texto de Isaak Rubin? Note-se, antes de tudo o mais, que esse escrito é considerado justamente como um avanço considerável na compreensão das concepções de Marx e que, por isso, ajudam a iluminar a verdadeira natureza da esfera econômica da sociedade moderna. Ele aponta, contra as tendências positivistas, que as interpretações correntes do fetichismo das mercadorias tomam-no como prova de que Marx, ao ter tratado de relações humanas por trás de relações entre coisas, revelou certa “ilusão da consciência humana que se origina da economia mercantil” (Rubin, 1980, p. 19). Ao se expressar assim, porém, mostra já que a sua compreensão da matéria é bem problemática.

O autor russo endossa a tese segundo a qual o fetichismo decorre de certa incapacidade de compreender que “a associação das pessoas que trabalham, em sua luta com a natureza – isto é, as relações sociais de produção – expressam-se na troca” (idem, p. 19). E compromete-se com tese complementar, totalmente falsa, pela qual a teoria do fetichismo mostra “a intercambialidade das mercadorias como uma propriedade interna, natural, das próprias mercadorias” (idem, p. 19). Para Rubin, o fetiche consiste em que as relações sociais engendradas na economia mercantil aparecem como relações de coisas. E, assim, ele pode chegar à conclusão de que “a teoria do fetichismo elimina da mente dos homens a ilusão, o grandioso engano originado pela aparência dos fenômenos, na economia mercantil, e a aceitação dessa aparência (o movimento das coisas, das mercadorias e seus preços de mercado) como essência dos fenômenos econômicos” (idem, p. 19). Teria Marx desenvolvido uma sociologia do desvendamento das relações mercantis?

Ora, para Marx, o fetiche não decorre da produção mercantil em si mesma e, portanto, não se deriva de que aí os produtos do trabalho sejam trocáveis e que toda sociabilidade seja tecida por meio do mercado; ademais, para ele, o fetiche não é eliminável pela mera crítica. É inerente ao modo de produção e não ao modo de intercambiar. Em uma de suas frases, ele diz:

¹¹ Rubin faz isso por um motivo importante do ponto de vista da compreensão do texto, mas David Harvey embaralha a ordem de apresentação de *O Capital* para torná-lo mais compreensível como um todo (Havey, 1982).

“o mistério da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho” (Marx, 1983, p. 71). A chave dessa sentença se encontra nessas “características sociais do seu próprio trabalho”. A que Marx se refere? Ora, ele se refere especificamente ao modo de produção enquanto tal e não ao fato de que a produção se faça para o mercado, ainda que esse destino se apresente como inexorável. Trata-se, portanto, da relação social dos produtores com o trabalho social como um todo, e não da relação de produção enxergada como produção em si mesma para o mercado. O fetiche consiste em confundir a forma do trabalho social, portanto, trabalho enquanto valor-trabalho, com o suporte da forma, ou seja, com o corpo material da mercadoria.

É preciso dizer, agora, que o fetiche das mercadorias – em *O Capital* está dito que o produto do trabalho tem um caráter enigmático e esse caráter se deve à forma mercadoria –, vem a ser decorrência direta do velamento da essência, ou seja, do trabalho abstrato real e da forma valor. Tal obscurecimento não se origina, ademais, da subjetividade descaminhada de observadores científicos, mas é produzido pelo próprio modo de ser e de se reproduzir do capital. Ao tomar ciência dessa característica, conclui-se que a exposição do fetichismo só pode ser feita depois do escrutínio das formas de valor, incluindo a forma dinheiro, começando pela mercadoria.

Rubin adiciona que o caráter ilusório é insuficiente para caracterizar o fetichismo. A interpretação encontrada em seu próprio texto e acima resumida – e que no seu entender é correta como ponto de partida –, é complementada com o elemento da necessidade formal. “Marx não mostrou” – diz ele – “apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não pode se expressar senão através de coisas” (Rubin, 1980, p. 20). Portanto, segundo o seu modo de interpretar, o fetichismo vem a ser encobrimento de relações sociais mercantis ou, dizendo de outro modo, de relações de produção quando esta vem a ser destinada ao mercado. Na verdade, trata-se para Marx de relações de produção como processo de interação que gera valor. Considerando estritamente o modo de produção em que os trabalhos são reduzidos a trabalho abstrato e a valor, refere-se a relações entre produtores que assumem a forma de relações sociais entre produtos de trabalho. Daí que se trate de ilusão, mas não de ilusão meramente subjetiva, mas de ilusão objetiva e real.

A razão do descaminho do estudo de Rubin consiste em que pensa, seguindo ampla tradição de interpretação, os primeiros capítulos de *O Capital* como elaboração da teoria da economia mercantil, em que toda a produção é destinada ao mercado, de tal modo que as relações sociais entre produtores se travam por meio do mercado. O primeiro capítulo de seu livro, que trata das bases objetivas do fetichismo da mercadoria, aponta como característica distintiva da economia mercantil o fato de que os produtores, pequenos ou grandes proprietários, são formalmente independentes entre si e se relacionam por meio da troca (Rubin, 1980, p. 21). Nesse caminho, como os produtores se relacionam estritamente por meio das coisas que se compra e vende, deriva de fato o fetiche das mercadorias da alienação mercantil. Entretanto, ao se ter em mente que Marx na primeira seção de *O Capital* faz “a teoria da circulação simples enquanto aparência do modo de produção capitalista” (Fausto, 1983, p. 144), as coisas mudam de figura. A ordem de apresentação aí encontrada, que vai da mercadoria ao fetiche, passando pelo dinheiro, mostra-se correta; ademais, toma-se consciência de que nesse início, se não se fala do capital, ele está, no entanto, pressuposto. Respeitando a ordem de apresentação, compreende-se claramente, então, que o fetiche da mercadoria vem a ser primeiro em relação à alienação – e não ao contrário.

Leis positivas de desenvolvimento

Na introdução de *O capitalismo tardio*, Mandel diz que o livro tem por objetivo fornecer uma interpretação marxista das causas do crescimento da economia capitalista no pós-guerra. A chave teórica dessa tentativa consiste – e ele mesmo o diz – na noção de onda longa, as quais são produzidas por “revoluções na tecnologia como um todo”. A ambição do estudo vem a ser construir uma interpretação da história do modo de produção capitalista no século XX com base nas leis do movimento “reveladas por Marx em *O Capital*”. De modo mais preciso, esse autor marxista pretende “demonstrar que as leis ‘abstratas’ de movimento desse modo de produção permanecem operacionais e verificáveis no desdobramento, e mediante o desdobramento da história ‘concreta’ do capitalismo contemporâneo” (Mandel, 1982, p. 5). Em consequência, ele se preocupa em dizer que essas leis não são meras construções ideais, mas sim expressões de relações de causalidade que se manifestam efetivamente no desenvolvimento real do sistema. Deve-se notar que Mandel fala explicitamente na existência de uma teoria econômica marxista que compete não apenas com a teoria neoclássica, mas também com a teoria neoricardiana que se apresenta com alternativa à anterior.

É bem sabido que o próprio Marx diz no prefácio da primeira edição de *O Capital* que “enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural” (Marx, 1983, I-1, p. 13). Ademais, ele endossa no posfácio da segunda edição a afirmativa de que busca descobrir as leis que regem o modo de produção não apenas como podem ser observadas em determinado período de tempo, mas também como fonte de mudança e transformação histórica. “Marx considera o movimento social como um processo histórico-natural, dirigido por leis que não apenas são independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas, pelo contrário, muito mais lhes determinam a vontade, consciência e as intenções” (idem, p. 19). Porém, dois problemas se põem aqui: primeiro, é sabido que os prefácios são inerentemente insuficientes para compreender o texto dialético, pois o método e os conceitos aí empregados só se mostram efetivamente no trabalho da crítica; segundo, é preciso saber o que Marx entende por “leis”. Veja-se logo que a investigação do sentido desse termo na obra de referência deste e do seu estudo não pode entrar em contradição com o próprio discurso que acolhe as contradições. O que Ernest Mandel pensa disso? Ele apresenta as suas teses no primeiro capítulo de sua obra, tratando das relações possíveis entre “as leis de movimento e a história do capital” – notando para melhor entendimento que este é o próprio título do capítulo.

Mandel concebe o modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica – e este modo de qualificá-lo encontra-se no seu próprio texto. Desse conceito deve-se extrair, então, a idéia reguladora de que qualquer ocorrência específica aí verificada têm de ser explicada por meio da ação recíproca das leis de desenvolvimento inerentes à essa totalidade. Tais leis, no seu entender, expressam a interação de certas variáveis básicas, as quais são vistas como autônomas em certa medida. As variáveis que seleciona, tomando por base *O Capital*, são seguintes: composição orgânica do capital; distribuição do capital constante entre capital fixo e capital constante; a taxa de mais-valia; a taxa de acumulação; o tempo de rotação do capital; as relações de troca entre os departamentos produtores de meios de produção e meios de consumo. O problema da explicação, então, se resolve descobrindo como essas seis variáveis se correlacionam na causação de determinado efeito. E isto é possível porque as categorias teóricas, considerando as mediações adequadas, têm expressão empírica. Em suas palavras, o método empregado no livro tem a seguinte configuração: “trata todas as proporções básicas do modo de produção capitalista como variáveis parcialmente independentes, de maneira que se torne possível formular leis de desenvolvimento a longo prazo... A tarefa-chave consistirá em analisar o efeito que essas variáveis parcialmente

independentes exercem nas situações históricas concretas, para que se possa interpretar e explicar as fases sucessivas da história do capitalismo” (Mandel, 1982, p. 27).

Em *O Capital*, já foi visto, não se encontra uma exposição da teoria econômica do grande economista Karl Marx, ainda que aí exista de certo modo, até mesmo, algo que parece ser uma reelaboração teórica da economia política clássica. Vem a ser, isto sim, uma crítica do capitalismo em que se faz, também, a crítica do seu entendimento corrente seja pela ciência que vai ao mais profundo seja pelo saber vulgar que fica na superfície. Essa crítica desvenda a essência do sistema a partir da aparência e, por se desenvolver por meio do desdobramento dialético das contradições, permite apenas que se façam a partir dela certas apresentações da história. A natureza do método – e ele só pode ser conhecido no próprio modo em que apreende determinados objetos – exige que não se procure caracterizá-lo por meio de regras aplicáveis em geral. Não se pode expô-lo em separado; só é possível vê-lo em ação. Ainda no primeiro capítulo do livro primeiro, a passagem da forma valor geral para a forma dinheiro fornece um desses momentos em que se pode ver como trabalha.

Marx, apenas lembrando, começa com a mercadoria, descobre o valor intrínseco, estuda a forma de valor ou valor de troca. O último desenvolvimento é feito segundo três momentos logicamente concatenados: primeiro estuda a forma simples, depois a forma desdobrada e depois ainda a forma geral do valor. Essa derivação não consiste de dedução, mas vem a ser – isto sim – gênese, o que implica que a passagem de um momento a outro está governada por necessidade, mas não por determinismo. O esquema lógico é aproximadamente aquele da potência e do ato, pois os momentos subseqüentes estão pressupostos nos momentos antecedentes, mas não se efetivam forçosamente. De fato, aliás, todo o desenvolvimento categorial é feito não por meio de deduções, mas por meio de negações. A passagem da forma geral de valor à forma dinheiro é mais complexa. A forma equivalente geral realiza também o que estava implícito já nas formas anteriores, tornando-se a forma de valor por excelência. Mas há também algo de fortuito nessa passagem. Pois, nesse momento, Marx diz: “ela [ou seja, a forma geral de valor] pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria”. E acrescenta mais a frente que “determinada mercadoria conquistou historicamente essa posição privilegiada, o ouro” (Marx, 1983, I-1, p. 69). Esse instante da passagem, portanto, está fortemente afetado de contingência. Ela é possível, mas a forma específica em que acontece não pode ser predita mesmo no registro da pressuposição. Note-se, agora, por outro lado, que essa apresentação do dinheiro está inevitavelmente ligada à história. E abre, também, a possibilidade de que se faça a história do dinheiro – ou seja, do dinheiro em suas formas concretas, aqui e acolá, no tempo e no espaço –, mas não permite que dê uma explicação do fato histórico de que o dinheiro obteve na modernidade um corpo dourado.

O lugar apropriado para apreender tal difícil conceito em Marx é notoriamente a seção do livro terceiro que trata da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Não é possível considerá-la aqui em seus detalhes ou em toda a sua grandeza¹². Menciona-se por isso apenas a sua formulação mais geral. Com taxa constante de mais-valia – ela diz – “o crescimento paulatino do capital constante precisa, em relação ao capital variável, ter necessariamente por resultado uma queda gradual na taxa de lucro geral” (Marx, 1983, III-1, p. 163). E esse crescimento precisa acontecer, pois “a tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é... apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho” (idem, p. 164). Ora, o que aí se diz não é óbvio de modo algum. Um modo errôneo de interpretar a lei tendencial seria fazer referência a ela do seguinte modo: o progresso da força produtiva do trabalho causa empiricamente o aumento da composição orgânica do capital e, desse modo, ela causa empiricamente a queda

¹² Também não pode discutir aqui em toda profundidade que merece o conceito de lei em Marx; para tanto, leia-se o capítulo “A angústia da lógica histórica” contido em *Marx, o intempestivo*, de Daniel Bensaïd (1999).

da taxa geral de lucro. Pois, ao expressá-la assim, estar-se-ia supondo que Marx adota o conceito de Galileu, de Hume, Popper, etc. de causalidade, segundo o qual esta consiste na conjunção observável de eventos empíricos (Bhaskar, 1989, p. 9-13). Ora, as fontes de Marx são outras: Aristóteles, Spinoza, Leibniz e Hegel. A lei tendencial acima referida conecta uma essência, o capital como contradição em processo e sujeito automático, ao fenômeno queda da taxa de lucro, outra vez aqui, por meio de necessidade afetada de contingência.

O conceito de tendência empregado por Marx é polêmico e pouco entendido pela grande maioria dos economistas que rezam quase sempre pela cartilha do positivismo. Sabe-se que a lei indica existência de necessidade na geração da baixa da taxa de lucro, mas quanto à tendência, o que ela propõe? A necessidade não significa aí correlação determinística, mas produção social de fenômeno a partir da atividade social compulsiva do capital. A tendência que modifica qualitativamente a lei diz simplesmente que a necessidade existe, mas que ela pode não se manifestar. Eis que faz a mediação entre a potência e o ato ou, mais precisamente, entre a pressuposição (o capital quer obter taxa de lucro maior) e a posição (mas apenas consegue obter taxa de lucro menor). E, nessa transição do implícito ao explícito, é feita a ligação da lei econômica com lei histórica, abrindo uma fenda maior ou menor de indeterminação. Eis que se trata de uma pulsação – um objeto pulsante – que a dialética capta.

O capital tem fome inesgotável de mais-valia e, por isso, busca economizar tempo de trabalho. Para tanto, adota novas técnicas de produção e, assim, aumenta a sua composição orgânica; em consequência, se a taxa de exploração se mantém constante, cai a taxa de lucro. Para cada capitalista a pressuposição objetiva é que a acumulação produza maior taxa de lucro; para a classe capitalista como um todo, ao contrário, é que as decisões de acumulação descentralizadas de muitos capitalistas, constringidas sistemicamente, acabem por reduzir a taxa de lucro. Isto, porém, pode ocorrer, pode ocorrer mais fracamente ou mesmo pode não ocorrer efetivamente em certos períodos. Pois, há causas contrariantes que se originam endogenamente no próprio movimento de acumulação: por exemplo, a taxa de exploração pode ser incrementada, o capital constante pode ser barateado, o comércio exterior pode reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, etc. Entretanto, tais causas – como lembra Bensaïd – não são freios externos, mas dimanam das contradições internas da própria lei. Eis que a lei aqui, dimensão do vivo, pode negar-se a si mesma. Marx não proferiu a seguinte sentença: “a verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital”? (Marx, 1983, III-1, p. 189). Sim, ele disse: “a produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (Idem, p. 189).

Tal como antes, a lei da queda tendencial da taxa de lucro, que vem a ser si mesma e a oposição a si mesma na forma das causas contrariantes, permite fazer apresentações da história do capitalismo, mas não pode fornecer explicações empíricas de quaisquer fatos históricos.

Conclusões

Procurou-se examinar ao longo desse artigo alguns pontos contidos em textos de autores marxistas clássicos que costumam merecer grande atenção daqueles que se interessam pela crítica do capitalismo e da Economia Política. Todos esses autores foram intelectuais profundamente engajados na crítica tanto do sistema quanto das idéias sustentadas por seus defensores, assim como nas transformações sociais de seus tempos. Escolheu-se dentre os marxistas mais conhecidos apenas aqueles que, de algum modo, apresentaram pendores de economista crítico e que se dedicaram aos temas econômicos com acento de especialista. O objetivo das considerações precedentes não foi fazer polêmica com certas teses sustentadas ao longo da história do marxismo, ainda que esta declaração aqui posta não possa mudar o fato

de que certas críticas foram de fato feitas e que elas podem ser eventualmente contestadas. Com base numa experiência pessoal de economista que procurou entender durante mais de trinta anos a obra econômica de Marx, o objetivo predominante foi o de fazer, mais uma vez, um alerta e transmitir uma mensagem. Não é novidade na história do marxismo a menção de que uma boa compreensão dos textos econômicos e políticos de Marx exige o estudo aprofundado da dialética hegeliana e do modo especial como foi empregada por Marx.

Depois de muito refletir, o autor que aqui escreve pensa da crítica da economia política, em última análise, que ela não progrediu, ao contrário, que regrediu depois de Marx. Ou ela se contentou com exegeses intermináveis dos textos clássicos ou ela não foi capaz de pensar dialeticamente, ou ainda, ela não se assentou num domínio suficiente da economia inerente ao sistema. Ainda que haja exceções, ainda que o artigo não tenha abrangido mesmo parte significativa da literatura relevante, há fortes indícios de que o quadro mais geral venha a ser realmente este: as teses de Marx sobre o modo de produção capitalista continuam altamente relevantes, mas elas ainda não foram bem compreendidas. Em consequência, é preciso estudar em profundidade a dialética marxiana e hegeliana para evitar que prosperem as leituras do entendimento dos textos clássicos de Marx. Note-se, por um lado, que esse tipo de leitura vem a ser o caminho natural e espontâneo para todos aqueles, vindos da Economia, que se interessam por esse autor e, por outro, que a dialética é algo bem difícil de apreender por aqueles formados como economistas (e este autor não se julga uma exceção). O dilema é real: sem conhecimento dessa ciência não se pode compreender bem Marx e, especialmente, não se consegue fazer progredir a crítica da economia política, mas ao estudá-la em profundidade, fica-se profundamente imbuído de seu modo positivo – e, portanto, vulgar – de apreender os fenômenos econômicos.

Referências

- Bhaskar, Roy – *The possibility of naturalism – A philosophical critique of contemporary human sciences*. Londres: Routledge, 1989.
- Bensaïd, Daniel – *Marx, o intempestivo – Grandezas e misérias de uma aventura crítica (Séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- Böhm-Bawerk, Eugen V. – La conclusión del sistema de Marx. In: *Economía burguesa y economía marxista*. Ed. Paul M. Sweezy. México: Siglo XXI, 1978.
- Bujarin, Nicolai – *La economía política del rentista (Crítica de la economía marginalista)*. Córdoba: Siglo XXI, 1974
- Carchedi, Guglielmo – *Frontiers of Political Economy*. Londres: Verso, 1991.
- Fausto, Ruy – *Marx: Lógica & Política – Tomo I*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Grespan, Jorge L. S. – *O negativo do capital – O conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- _____ – A dialética do avesso. In: *Crítica Marxista*, nº 14, 2002, p. 26-47.
- _____ – Marx, crítico da teoria clássica do valor. In: *Crítica Marxista*, nº 12, 2001, p. 59-76.
- _____ – A crise na crítica à economia política. In: *Crítica Marxista*, nº 10, 2000, p. 94-110.
- Kosik, Karel – *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- Harvey, David – *The limits to capital*. Londres: Verso, 1982.
- Hilferding, Rudolf – La crítica de Böhm-Bawerk a Marx. In: *Economía burguesa y economía marxista*. Ed. Paul M. Sweezy. México: Siglo XXI, 1978.
- Luxemburg, Rosa – *A acumulação do capital – contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, vol. I e vol. II.

- Marx, Karl – *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol. I, tomo 1 e 2, vol. II, vol. III, tomo 1 e 2.
- Mandel, Ernest – *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Prado, Eleutério F. S. – *Economia ricardiana em sistema multiagente*, trabalho não publicado, 2007.
- Rosdolsky, Roman – *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2001.
- Rubin, Isaak I. – *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- Sweezy, Paul M. – *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.